

# O ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL E A PROMOÇÃO DAS CIÊNCIAS NO BRASIL OITOCENTISTA.

PAULO VINÍCIUS APRÍGIO DA SILVA\*  
RICARDO SILVA KUBRUSLY\*

## Introdução

Os museus brasileiros deparam-se, na contemporaneidade, com um problema que é duplamente constituído: por um lado, dificuldades estruturais e financeiras, muitas vezes alimentadas por mau uso de suas verbas, ou pela sua pequena capacidade de arrecadação; por outro, escassez de produção intelectual voltada para a análise museal e histórica, assim, como uma chave de interpretação de sua caracterização científica. Tal problema é ainda mais intensificado caso façamos uma comparação entre as experiências brasileiras e o contexto externo: os museus brasileiros vivem o dilema hodierno que envolve o situar-se entre o velho e o novo, entre o que entre o avanço e o retrocesso, de estabelecer-se numa dimensão marcada pela interação contínua e pela virtualidade.

e o que é mais inquietante – de representação simbólica. O colecionismo e os museus são, pois, um dos instrumentos da crítica do contemporâneo, uma das chaves de compreensão da post-modernidade. Esta crise, institucional e simbólica não pode deixar de ser associada a duas características do museu enquanto lugar de produção, legitimação e divulgação da cultura e sistema global de informação: permeável, como sensível sismógrafo, às mais ligeiras alterações da ordem cultural, política ou social, tem evidenciado uma surpreendente capacidade de adaptação à mudança. (BRIGOLA, 2008: 27)

Daí vem a questão que nos persegue ao tentarmos refletir sobre a constituição do Museu Nacional. Se hoje ocupa um espaço privilegiado nos meios acadêmicos nacionais e internacionais, devido principalmente ao trabalho desenvolvido pelos seus laboratórios de pesquisa e programas de pós-graduação, por outro, vivencia quase um ostracismo na participação dos círculos culturais cariocas, apesar do seu expressivo número de visitantes. Nosso intento com este trabalho resumi-se na construção de um

---

\* Historiador, mestrando do curso de História das Ciências das Técnicas e Epistemologia – HCTE/UFRJ, bolsista CAPES/CNPQ.

\* Matemático, Coordenador do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE da UFRJ

esboço da trajetória inicia do periódico Arquivos do Museu Nacional partindo da análise de constituição do Museu Nacional no oitocentos.

### **De Real a Nacional: A institucionalização das Ciências no Brasil no oitocentos**

DECRETO – 6 de junho de 1818

Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Sant’Anna que manda comprar e incorporar aos proprios da Corôa.

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes do Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do commércio, da indústriã e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciaes de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça hum Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, machinas e gabinetes que já existem dispersos logares; (...)

Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho de Estado, Ministro, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino, encarregado da presidencia de mesmo Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1818. Com a rubrica de Sua Magestade<sup>†</sup>.

Criado em 1818, por decreto de D. João VI lavrado pelo Ministro dos Negócios do Reino Thomaz Antonio de Villanova Portugal, o Museu Real inauguraria um novo momento das ciências naturais no Brasil. Seu acervo seria inicialmente composto pelos espécimes restantes da antiga Casa de História Natural, acrescidos pela preciosa coleção mineralógica de Werner e de um presente especial de D. João VI: uma taça-cofre de prata dourada, ornada na parte superior com escultura em coral que representa a batalha de Constantino. Fato relevante e que deve ser realçado é a participação de Dona Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil, primeira esposa de D. Pedro, na criação do então Museu Real. A Princesa austríaca é tida como uma das principais incentivadoras do desenvolvimento das ciências no período sendo responsável pela intermediação feita com estudiosos no exterior e por trazer expedições científicas para os trópicos.

Nascia o Museu Real com a responsabilidade de promover os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino. Apesar da herança adquirida pela ‘Casa dos Pássaros’, representa uma ruptura entre a realidade colonial anterior e a situação vigente

---

<sup>†</sup> Decreto de criação do Museu Nacional, 18 de junho de 1818, BR. MN. MN. DR, CO.AO 2.

naquele momento. Ao invés de enviar para a Metrópole os espécimes mais representativos da flora e fauna brasileiras, desempenhava um papel outro: de ser o próprio centro produtor de conhecimento, intensificando, inclusive, o processo de adesão às ciências modernas.

A continuidade entre a Casa de História Natural e o Museu Real é, pois, não de programa ou razão científica, e sim pautada pelo espaço ocupado, ou mesmo por uma herança material. Alguns caixotes com coleções mal tratadas, do que por funcionalidade. Não que a Casa cumprisse um papel menor, ou que o Museu então criado tivesse uma qualidade superior. Representavam apenas funções diversas. Como chama a atenção Lopes, a crença vigente acerca da atuação da ‘Casa dos Pássaros’ como incipiente ou malograda (citando o ex-diretor do Museu Nacional João Batista de Lacerda) é errônea. Funcionalidades diferentes implicam em ações e papéis diferenciados.

Em tal contexto o Museu Real é criado para cumprir um papel de museu metropolitano, sendo o espaço destinado ao desenvolvimento das ciências naturais no novo centro político do Império Português. Sua dotação inicial, já fixada a partir de maio de 1819, era de 2:880\$000, sendo a destinada para os gastos com pessoal não superior a 3:800\$000 anuais. A composição do pessoal ficou, portanto, dividida dessa maneira: diretor, porteiro, um ajudante para preparações zoológicas, um escriturário e um escrivão de receita e despesa. (LACERDA, 1905: 4 -5 e NETTO, 1870: 24).

Para a função de primeiro diretor da instituição foi contratado o Fr. José da Costa Azevedo, cargo que acumularia, inicialmente, com a diretoria do Gabinete Mineralógico da Academia Real Militar. Os anos iniciais da nova instituição foram marcados por dificuldades, no que tange principalmente às questões de cunho organizacional, financeira e para efetivar a conquista efetiva dos terrenos da exploração natural, do então Reino, disputado com naturalistas e viajantes atraídos com a ‘abertura dos portos’ em 1808, como chama atenção Regina Dantas (Dantas, 2007: 64). Para sua alocação foram adquiridos alguns imóveis que dariam origem ao edifício que ocupou até a década de noventa do século XIX no Campo de Santana, então Campo da Aclamação, atual Praça da República.

As exposições foram abertas ao público em 24 de outubro de 1821, “às quintas-feiras de cada semana desde as dez da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a

todas as pessoas assim, estrangeiros ou nacionais, que fizeram dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades”<sup>‡</sup>. Suas coleções foram gradativamente aumentadas, apesar das dificuldades estruturais já apontadas, visando cumprir seu papel de estudo das ciências naturais do Reino. No ano seguinte dar-se-ia a ruptura dos antigos enlaces coloniais.

Durante o Primeiro Reinado, receberia relativo apoio por parte do Governo Imperial, sendo principalmente perceptível o incentivo ao crescimento das coleções da instituição, afirmando sua caracterização como museu metropolitano, com expressões do conhecimento universal

E se retomamos desde as doações de D. João VI, passando pelo arremate da coleção egípcia por D. Pedro I, ou pelos objetos etnográficos enviados por diversas partes do mundo como presentes ao Imperador, que os doava ao museu, além dos próprios produtos naturais, muitos de proveniência estrangeira, até a compra do dromedário, é possível identificar na realidade concreta desses objetos a idéia do museu universal, de caráter metropolitano, construído em moldes europeus, que almejava ser completo sim, mas de coleções que representassem o mundo tais quais os museus das nações civilizadas, entre as quais almejávamos incluir. (LOPES, 1997: 70)

No ano de 1842 foi lavrado o Regulamento nº 1230, de 3 de fevereiro de 1842, dando nova organização e vencimentos ao Museu Nacional e aos seus empregados. Ficava dividido em quatro seções: *Anatomia Comparada e Zoologia, Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas, Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas e Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas*. Cada uma das seções criadas passava a ter um diretor que, dependendo do trabalho necessário e das atividades desempenhadas, poderia ser auxiliado por adjuntos, praticantes e supranumerários. Instituído também foi um Conselho Administrativo que, a partir daí, ficaria responsável pela organização e administração do Museu e era composto pelos diretores de cada seção (LOPES, 1997: 85-86).

Contava agora o Museu com organização científica e administrativa, entrando de vez no cenário internacional dos museus de ciências naturais e afins. Apesar de todas as disputas e indecisões que envolvem tal regulamento<sup>§</sup>, ele acaba por representar um novo

---

<sup>‡</sup> BR MN MN.DR, CO.AO.9.

<sup>§</sup> Ver: LOPES, 1997, p 85-92.

momento na trajetória institucional que era expresso pela especialização e definição das áreas de atuação da instituição e, por sua vez, da significação de sua natureza científica. Ampliava agora sua vocação inicial, manifesta em seu decreto de criação, para a representação e definição do papel, político inclusive, que ocuparia em plano nacional. É a partir dessa reorganização do Museu e do início do Segundo Reinado, fruto das movimentações políticas que levaram o jovem D. Pedro de Alcântara a tornar-se D. Pedro II, que percebemos o seu fortalecimento e consolidação como instituição científica. Indubitavelmente viveria durante o governo desse monarca o seu apogeu e consagração interna e externa.

Segundo Regina Dantas, na segunda metade do século XIX, com o fim das revoltas políticas e da própria consolidação política do Império, desenhar-se-iam os projetos de construção do imaginário nacional e de inserção do Império agrário e escravocrata no cenário dos países civilizados (DANTAS, 2007: 67-80). A partir dos anos 1850, o Imperador passa a tomar parte de um projeto maior: assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura (SCHWARCZ, 1998: 126).

Desempenharia o Museu um importante papel ao assumir posição de relevância em eventos internos de promoção das ciências e técnicas ou ser carro chefe da representação nacional em exposições internacionais como a Exposição Universal de Londres em 1861. O estabelecimento de uma identidade nacional e o desenvolvimento das ciências naturais no Brasil concretizava-se com a efetiva participação do Museu Nacional, ganhando respeitabilidade e projeções nacionais.

Contava o Museu Nacional com sete salões no pavimento superior e uma sala servindo de Secretaria e Biblioteca e oito salões no pavimento inferior. No pavimento superior, ficavam dois salões que pertenciam à 1ª Seção (Anatomia Comparada e Zoologia) e um à 4ª (Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas), duas salas de Botânica, uma contendo modelos de máquinas, e os restantes encerravam armários com minerais, rochas dentre outros espécimes, servindo uma dessas salas de depósito do Laboratório de Química e de Gabinete de Física, que tinha espaço próprio em anexo atrás do edifício construído em 1849. O grande salão térreo, contíguo à parte do edifício ainda não terminada, servia à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (que seria a responsável pela criação do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro em 1838) e para as aulas do Conservatório Imperial de Música. Estava o Museu franqueado à visitação aos domingos, das 10 da manhã à uma a tarde, sendo possível aos interessados em consultas aos objetos e coleções todos os dias no mesmo horário. \*\*

### **Ladislau Neto e a criação dos Arquivos do Museu Nacional**

Lopes (LOPES, 1997) afirma que os anos em que Ladislau Neto esteve à frente na direção do Museu Nacional compreendem seu período áureo, alcançando atuação e visibilidade não antes existente. Segundo João Baptista de Lacerda, ex-diretor do Museu,

Foi este o início do período mais fecundo, de maior atividade e de mais intenso brilho na história do Museu Nacional. Ele cresceu muito no valor do cabedal que possuía e na reputação científica que já havia adquirido, até nivelar-se com as melhores instituições congêneres existentes em outros países da Europa e da América. (LACERDA, 1905: 37)

Ladislau esteve à frente da administração do Museu entre 1876 e 1893 e durante esse período foram quatro os regulamentos editados que reorganizavam a instituição. O de 1876, o de 1880 e o de 1890, sendo este último aprovado em sua ausência, sob a direção interina de Amaro Ferreira Armond.

Decreto nº 6116 de 9 de fevereiro de 1876

Usando da autorização a que se refere o art. 20 da lei n. 2640 de 22 de setembro do ano próximo findo, hei por bem reorganizar o Museu Nacional nos termos do regulamento, que com esta baixa, assignado por Thomaz José Coelho de Almeida, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro em nove de Fevereiro de 1876, quinquagésimo quinto da Independência e do Império.

O regulamento de 1876 reorganizou o Museu transformando as antigas quatro seções em três: a de *Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal*, a de *Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal* e a de *Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral*. A quarta seção deixava de existir ficando seus trabalhos sob a tutela do próprio diretor que o fazia até que fosse criado um estabelecimento especial para a promoção e estudo da Arqueologia,

---

\*\* Informações obtidas do Almanaque Laemmert, disponível em <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm> — ano 1850, p. 70. Acesso em: 15 jun 2009.

Etnografia e Numismática. Já o de 1880 organizava novamente as seções em número de quatro, forma que seria mantida nos regulamentos seguintes: a 1ª de *Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada*, a 2ª de *Botânica*, a 3ª de *Mineralogia, Geologia e Paleontologia* e a 4ª, reintegrada às atividades correntes da instituição, *Antropologia, Etnologia e Arqueologia*, como nos mostra Lacerda (LACERDA, 1997:159-160).

A reorientação das atividades do Museu demonstra uma preocupação com a especificação de suas atividades e adequação aos parâmetros científicos mais modernos. O que é perceptível não é somente uma simples substituição nominal, mas uma alteração das funções de cada seção e, inclusive, da própria instituição. Separam-se e agrupam-se áreas do conhecimento que se tornariam modelos concretos de observação da natureza e constituição de uma determinada organização da realidade.

É nesse período que, em 1876, lança-se uma das mais importantes publicações do Museu até os dias atuais, os *Archivos do Museu Nacional*, destinada à divulgação dos estudos institucionais:

Dá-se conta de todas as investigações e trabalhos realizados no estabelecimento, das notícias – nacionais ou estrangeiras que interessão às sciencias de que se ocupa o Museu, do catálogo das collecções mais importantes, dos donativos feitos ao estabelecimento, e dos nomes das pessoas a que seja conferido o título de membro correspondente, título que possuem actualmente muitos dos mais sábios naturalistas da Europa.<sup>††</sup>

Ladislau assumia como meta institucional promover a divulgação das pesquisas realizadas no Museu, assim como atrair e aumentar o interesse e o número de especialistas na área das ciências naturais e antropológicas. De fato, a publicação de um periódico científico organizado a partir da ação desempenhada pela própria instituição conferia à mesma consolidação e prestígio, nacional e internacionalmente. Pela documentação administrativa do Museu no período é possível perceber a importância deste periódico e sua amplitude. O *Archivos* do Museu Nacional surgiam para ser um veículo propagador da ciência que era produzida em tal contexto inserindo a Instituição no quadro daquelas que eram tratadas como produtoras do conhecimento. Preocupava-se o Governo Imperial em dar escopo a mais esse projeto de expressão nacional.

---

<sup>††</sup> Informações obtidas do Almanaque Laemmert, disponível em <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>, ano 1880, p. 390. Acesso em: 15 jun 2009.

Seu primeiro número contém Estudos sobre sambaquis de Carlos Wierner, Estudos sobre a evolução *morphologica* dos tecidos caules sarmentosos, de Ladislau Neto, Nota *descriptiva* de um pequeno animal extremamente curioso denominado *Batachychtis* de Dr. Pizarro, *Acção physiologica* do Uraci de Dr. Lacerda Filho, Descrição dos objetos de pedra de origem indígena, conservados no Museu de Carlos Hartt, Contribuições para o *estudo anthropologico* das raças indígenas do Brasil por Dr. Lacerda Filho e Rodrigues Peixoto, Contribuição para o estudo *antrophologico* das raças indígenas do Brasil – notas sobre a conformação dos dentes por Dr. Lacerda Filho, Breve notícias sobre os sambaquis do Pará de Domingos S. Ferreira Penna e computo das coleções zoológicas existentes no Museu.

Como se pode perceber as ciências naturais presentes no Museu Nacional durante a da metade do oitocentos sagravam-se nos estudos sobre zoologia e antropologia principalmente. A importância da publicação e do publicado é logo reconhecida. Entre o ano de publicação desse número e o seguinte forma-se uma complexa rede de relações científicas entre a instituição. Inúmeras são as instituições que solicitam o envio da publicação e também que desejam iniciar parcerias e permutas. Entre 1876 e 1877 o Colégio Pedro II, a Universidade de New York, o Museu de Coríntia, o Museu Maatschappij ter Bevodering van Nijverheid da Holanda, o Gabinete Cearense de Leitura, o Museu de Lisboa, a Sociedade Científica de Agricultura, a Academia Nacional Argentina de Ciências, o Museu di Geologia da Real Università de Napoli, a Socièté Royale des Sciences de Liege, Associação dos Amigos das Ciências Naturais da Alemanha, a Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Academia de Ciências de Bruxelas, a Royal Geological Society of Treland, Sociedade Central de Agricultura da Bélgica, a Sociedade de História Natural de Toulouse, a Academia Real de Ciências de Amsterdã, o Museu Nacional de Etnografia e Antropologia de Firenze, entre outros, mantiveram correspondência com o Museu Nacional tendo como principal escopo o *Archivos* do Museu Nacional.

Entre o primeiro volume e o quinto, todo dedicado à Flora Brasiliense, foram 36 artigos que cobriam a produção científica da instituição e sua institucionalização no panorama científico nacional representando, assim, a consolidação de um projeto de difusão de conhecimento.

## **Considerações Finais**

O principal intento que perpassa esse trabalho é o oferecimento de uma contribuição para a escrita da história da instituição. As fontes existentes na Seção de Memória e Arquivo, apesar de passarem já alguns anos por um processo de identificação, higienização e acondicionamento, é ainda pouco explorado vista toda a sua potencialidade de servir a interesses históricos e científicos específicos ou atender as demandas do público do Museu Nacional.

Apesar de ter se consagrado às ciências da natureza e antropológica o Museu Nacional é um espaço que guarda pelas suas características uma profunda ligação com a história, principalmente no que diz respeito à construção da História das Ciências no Brasil do século XIX. Os esforços de análise existentes ainda não dão conta de sua contribuição para o desenvolvimento das ciências no Brasil tampouco para sua relevância em tal panorama no hodierno. Os Arquivos do Museu Nacional são exemplo de tal sintoma. Apesar da profunda importância que o periódico carrega sua última edição foi no ano de 2009 não existindo horizontes para edições no corrente ano. O periódico não se findou, mas hoje, em suas páginas por que não se escreve?

## **Referências**

### **FONTES MANUSCRITAS**

#### **Seção de Memória e Arquivo – Museu Nacional**

##### **Avisos e ofícios**

BR. MN. MN. DR, CO. AO 2  
BR MN MN.DR, CO.AO.9  
BR. MN. MN. DR. AO, CO.4248  
BR.MN.MN.DR.AO,CO.4289  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 4302  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1779  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1780  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1783  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1859

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1863  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1867  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1876  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1879  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1929  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1935  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1939  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1954  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1957  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1959  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1962  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1965  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1967  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1968  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1972  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1976  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1979  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1980  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1982  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1991  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1995  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1996  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1997  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2001  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2002  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2028  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2061  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2068  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2088  
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2119  
Livros de Registro de Avisos e Ofícios

BR MN MN.DR.CO, RA.2/111, f.41v-46v  
BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f.151-151v.  
BR MN MN.DR.CO, RA.9/f.169-169v.  
BR MN MN.DR.CO, RA.10/f.29-29v.  
BR MN MN.DR.CO, RA.10 f.42.  
BR MN MN.DR.CO,RA.10/f.43v, 44 e 44v.  
BR MN MN. DR.CO,RA.10/f.54  
BR MN MN.DR.CO,RA.10/f.58

### **Arquivo Nacional**

AN. Fundo Casa Real e Imperial cód. 1, v. 23, f. 94, 125v, 131.

### **FONTES IMPRESSAS**

## Arquivo Nacional

AN. Fundo Série Interior IJJ1 566 doc. 80, cx. 12, pc. 01.  
AN. Seção de Ministérios – IE1 145, 19.08.1890.  
AN. Seção de Ministérios – IJJ1 566, 8.05.1890.  
AN. Seção de Ministérios – IJJ1 698, 23.11.1889.

## Livros

LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

## BIBLIOGRAFIA

### Obras de referência

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006 4ª Edição.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

EDMUNDO, LUIZ. *O Rio de Janeiro do tempo dos Vice-Reis (1763 – 1808)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

KHATLAB, Roberto. *Mahjar: saga libanesa no Brasil*. Líbano: Mokhtarat Zalka, 2002.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, Paulo F. Quatro Séculos de Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

### **Publicações Oficiais**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *D. Pedro II e a cultura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977

### **Guias e Catálogos**

Guia da exposição *Um novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil, 1808, 1822* / curadora Vera Lucia Bottrel Tostes, curadoria adjunta Lia Silvia Paes Fernandes. Rio de Janeiro: MNH, 2008. (29-33pp.)

### **Dissertações**

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa Dantas. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UNI-RIO, 2007.

LACLETTE, Paula Pereiras Horta. *Do ontem ao hoje, Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado UNI-RIO, 1995.

### **Teses**

BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Niterói: Tese de Doutorado. UFF, 1996.

### **Periódicos**

Archivos do Museu Nacional. Volumes I a V.

### **Artigos de periódicos**

ABREU, Regina. Memória, história e coleção. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 215 - 238, 1996.

CARVALHO, José Cândido de Melo. Museu Nacional. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, n. 28, p. 29-68, 1977.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. (Série Livros, 3)

DIAS, Pollyana D'avilla G. *O século XIX e o neogótico na arquitetura brasileira: um estudo de caracterização*. Revista Ohun, ano 4, n. 4, p.100-115, dez 2008. PPG-AV-EBA-UFBA

FEIO, José Lacerda de Araújo. O Museu Nacional e o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 35. 1965.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. D. Pedro II e a Química. *Química Nova*, Belo Horizonte, v. 2, n. 22, p. 210-215, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Memória, história e museografia. In: BITTENCOURT, José Neves, BENCHETRIT, Sarah Fassa, TOSTES, Vera Lúcia Brottrel. (eds.) *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 75-96.

GUIMARAES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, n. 1, p. 5-27, 1988.

HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. *Varia hist.*, Dez 2006, vol.22, nº.36, p.261-273.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História*, São Paulo, v. 10, p. 7-29, 1993.

SANTOS, Francisco Marques. O leilão do Paço Imperial. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 1, p. 151-316, 1940.

\_\_\_\_\_. Gobineau Estatutário. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, v.20, p. 38- 52, 1959.

#### SITES

Almanaque Laemert — <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

Relatórios Ministeriais — <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2304/contents.html>

Coleção das Leis do Brasil — [www.senado.com.br](http://www.senado.com.br)

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil — <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>